

De volta ao passado

Apesar de ter mudado a estratégia três vezes, ao concluir um acordo preliminar com os credores, no sábado, o governo da Nova República chegou ao ponto de partida: vai ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como planejava o ex-ministro Francisco Dornelles: "Eu pretendia fazer uma política de maior austeridade e concluir um acordo com o FMI e com os bancos". Com Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, o FMI passou a simbolizar recessão, como disse na ONU, em 1985, o presidente José Sarney. "O Brasil não pagará a dívida externa com recessão, desemprego nem com a fome." A moratória veio em 1987, para forçar uma negociação não convencional, mas, com Maílson da Nóbrega, foi substituída pela estratégia do "pragmatismo". Leia-se volta ao FMI.

Ao comentar sua fórmula para resolver a questão da dívida, em janeiro de 1986, já fora do governo, Francisco Dornelles, hoje deputado constituinte pelo PFL, revelou que "só havia uma possibilidade de acordo com o FMI: com cortes muito grandes no setor público". Admitiu, porém, que por falta de apoio político desistiu de implementar essa política, abandonando o governo em 28 de agosto de 1985. Com a chegada de Funaro ao Ministério da Fazenda, o governo optou pela recusa de um acordo com o FMI. "O FMI tem uma receita que não serve para a meta de crescimento do País", dizia o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, assessor de Funaro e representante da corrente peemedebista que assumiu o controle da economia brasileira. O próprio ministro afirmou: "São os bancos que estão querendo a participação do Fundo, não o Brasil. E nós só aceitaremos uma relação construtiva, que não comprometa o crescimento do País ou interfira em nossa economia".

Foi durante a gestão de Funaro que o Brasil, sem qualquer apoio formal do FMI e com o suporte do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, conseguiu refinanciar o principal e os juros devidos em 1985 e 1986, num total de US\$ 3,3 bilhões, por seis anos com três de carência. Isto aconteceu em janeiro de 1987, quando o País também negociou um acordo provisório abrangendo o principal devido no primeiro semestre de 1987. Funaro ainda tentou estreitar o relacionamento com o Banco Mundial, que emprestou ao Brasil, em 1986, US\$ 1,8 bilhão para projetos agrícolas e do setor energético. Com a moratória, no entanto, as relações com aquele organismo ficaram bastante prejudicadas. O Brasil pagou ao Banco US\$ 1,7 bilhão e recebeu emprestados só US\$ 815 milhões.

Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o Ministério com a intenção de consertar um pouco do estrago causado pela moratória junto à comunidade financeira internacional. O governo brasileiro havia fixado uma estratégia, com a suspensão do pagamento dos juros, através da qual pretendia obter 16 anos para o resgate da dívida, com sete de carência, spread de 0,875% e dinheiro novo. Falava-se também numa auditoria para investigar a origem da dívida. O jogo duro com os credores foi substituído, na gestão de Bresser, por um relacionamento "mais cordial", que previa, inclusive, um acordo com o FMI, desde que fossem cumpridas três condições: aceitação pelo FMI da opção brasileira pelo crescimento econômico; dispensa de monitoramento e dissociação entre um acordo com o Fundo e a negociação com os bancos privados estrangeiros.

A proposta formulada por Bresser previa spread zero e securitização da dívida (troca da dívida velha por bônus que incorporassem o deságio) na base de 30%. Em julho de 1987, Bresser disse que sua proposta fora "plenamente bem-sucedida", quando apresentada aos credores. Dois meses depois, encerrada nova rodada de negociação, o ministro voltou a falar: "Recuei um pouquinho, indiscutivelmente". Bresser abandonara sua proposta de transformar metade da dívida brasileira em títulos de longo prazo, depois de um encontro de mais de duas horas com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

O que se tornou viável foi a formalização, em dezembro de 1987, de um acordo provisório com o Comitê Assessor dos Bancos Credores, possibilitando o pagamento dos juros devidos de 20 de fevereiro a dezembro de 1987, período em que vigorou a moratória. Por esse acerto, os bancos emprestarão ao Brasil US\$ 3 bilhões e o País sacará de suas reservas US\$ 1,5 bilhão. E no início de fevereiro o governo brasileiro pagou aos bancos credores US\$ 350 milhões, correspondentes a 37,6% dos juros devidos em janeiro, que haviam ficado pendentes no acordo fechado em dezembro. Com isto, abriu-se o caminho para as negociações de sábado. **Maroni J. da Silva**